

Caderno de Encargos

Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para reformulação da circulação rodoviária em Alhos Vedros

Ajuste Direto

N.º 55/AD/CMM/2024

Parte I

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para reformulação da circulação rodoviária em Alhos Vedros, de acordo com as características técnicas definidas no presente documento.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 71240000-2 - Serviços de arquitectura, engenharia e planeamento, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual incluindo os ajustamentos propostos de

acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do CCP e pelos documentos que dele fazem parte integrante.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes documentos:

Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

- a. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b. O presente Caderno de Encargos;
- c. A proposta adjudicada;
- d. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a d) do número anterior prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do diploma anteriormente referido.

Cláusula 3.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O Município da Moita informa que o tratamento dos dados pessoais recolhidos no âmbito do presente procedimento por ajuste direto, se efetua ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, doravante designado por RGPD, (Regulamento EU 2016/679).

2. O responsável pelo tratamento dos dados é o Município da Moita, pessoa coletiva 506791220, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

3. Para qualquer assunto relacionado com a proteção de dados pode enviar carta para: Câmara Municipal da Moita, Praça da República, 2864-007 Moita, ou em alternativa para o endereço de correio eletrónico cmmoita@mail.cm-moita.pt.

4. O tratamento dos dados destina-se ao procedimento identificado no n.º 1, mediante o disposto na alínea b), do n.º 2 artigo 26.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo necessário para a análise das propostas apresentadas, nos termos dos artigos 57.º e 70.º do CCP e, em caso de adjudicação, para a celebração e execução do contrato, ao abrigo dos artigos 81.º e 96.º do CCP.

5. O tratamento dos dados enquadra-se no disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º do RGPD.

6. Os dados pessoais serão conservados nos termos dos prazos legais de conservação administrativa determinados pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de outubro.

7. Os destinatários dos dados pessoais são o Município da Moita e a Acin icloud Solutions (entidade subcontratante).

8. Assiste ao titular dos dados pessoais o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a retificação ou o apagamento, ou a limitação do

tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.

9. O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

10. A comunicação de dados pessoais constitui um requisito necessário para celebrar um contrato, pelo que, o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais. Caso o titular dos dados não forneça os dados pessoais não será possível a celebração do mencionado contrato.

Cláusula 4.ª

Prazo Contratual

O Contrato mantém-se em vigor desde a sua assinatura e pelo período de 75 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Preço Base

O preço base no valor de 13.200,00 € (treze mil e duzentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Cláusula 6.ª

Consulta Preliminar ao Mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas na consulta preliminar serviram para determinar valores que contribuíram para a fixação do preço base constante da cláusula 5.ª, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

Capítulo II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
Secção I
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO
Cláusula 7.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação de cumprir as condições fixadas no contrato e na sua proposta.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Constituem, ainda, obrigações principais do adjudicatário:
 - a. Cumprir o Regulamento (EU) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre Proteção de Dados);
 - b. Respeitar os códigos deontológicos aplicáveis;
 - c. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - d. Realizar as tarefas com isenção, independência, zelo e competência;
 - e. Informar sobre o estado dos processos e trabalhos à sua responsabilidade, sempre que tal lhe for solicitado pelo Gestor do Contrato ou pessoa habilitada para o efeito;
 - f. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - g. Cumprir as normas de segurança e controlo de acesso em vigor nas instalações do Município de Moita;
 - h. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - i. Não fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização do Município da Moita;
4. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, fornecimento de marcas, patentes, licenças ou outros direitos de propriedade industrial.
5. O adjudicatário deverá informar, de imediato, no caso de qualquer de as certificações, licenças e autorizações a que se refere o número anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, bem como no caso de qualquer situação a que seja sujeita e seja inibitória do exercício da sua atividade e do bom cumprimento do contrato.
6. O adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais, direitos de autor ou direitos

conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente procedimento.

7. Caso o Município da Moita venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas e prejuízos que, em consequência, haja de incorrer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Moita, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Procedimentos ambientais e de gestão de resíduos

1. É da inteira responsabilidade do adjudicatário o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da Entidade Adjudicante destinada à recolha de resíduos, caso exista, e mediante previa autorização.
2. O adjudicatário deverá desenvolver as atividades objeto do presente procedimento, garantindo o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

Cláusula 10.ª

Procedimentos ambientais, segurança, higiene, saúde no trabalho e responsabilidade social

1. O Adjudicatário obriga-se, no decurso da prestação do serviço objeto do presente procedimento, a garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e boas práticas em matéria de Ambiente e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e responsabilidade social, nomeadamente:
 - a) Não utilizar e não apoiar em nenhuma circunstância a utilização de mão-de-obra infantil (menores de 16 anos), e caso seja detetada uma situação de trabalho infantil na empresa, assegurar a reparação do menor

e da sua família, prestando a assistência necessária ao desenvolvimento do menor, ao nível da segurança, saúde e educação até atingir a maioridade;

b) Garantir a compatibilidade entre a atividade laboral a atividade escolar da mão-de-obra juvenil (menores com idade compreendida entre os 16 e 18 anos);

c) Garantir a todos os trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, cumprindo a legislação em vigor;

d) Respeitar o direito dos trabalhadores à liberdade de associação e direito à negociação coletiva;

e) Não utilizar práticas abusivas ou que determinem perda da remuneração;

f) Não praticar qualquer tipo de discriminação (raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato ou filiação política);

g) Respeitar a legislação laboral nacional no que concerne ao horário de trabalho e ao descanso semanal, bem como em relação ao trabalho extraordinário garantir que seja excecional, remunerado e não ultrapasse, por trabalhador, as 12 horas semanais;

h) Não utilizar sistematicamente vínculos laborais precários ou outras formas de contornar as obrigações legais decorrentes da legislação laboral;

i) Garantir que o valor da remuneração atribuída aos trabalhadores cumpre os valores legalmente definidos para o salário mínimo nacional;

j) Comunicar à CMM qualquer ocorrência ou incidente ambiental, de segurança e saúde no trabalho e/ou de responsabilidade social;

k) Deixar a zona de trabalho nas melhores condições de arrumação e limpeza;

l) Contatar o seu interlocutor na CMM em caso de dúvida.

2. No caso de haver alterações aos normativos referidos no período de vigência do contrato, o Adjudicatário deverá adaptar a sua atividade de forma a garantir o seu cumprimento.

3. O cumprimento das obrigações acima descritas e, bem assim, de outras obrigações resultantes da legislação nacional não importa quaisquer encargos para a CMM.

4. É da inteira responsabilidade do fornecedor o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da Entidade Adjudicante destinada à recolha de resíduos, caso exista, e mediante previa autorização.

5. O fornecedor deverá desenvolver as atividades objeto do presente procedimento, garantindo o cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

Cláusula 11.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município da Moita, pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Pelo incumprimento dos prazos, objeto do contrato, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20% do preço contratual calculada através da seguinte formula:

$$S = \frac{P}{365} \times n$$

Em que S é o valor da sanção, P o preço contratual (sem Iva) e n o número de dias de atraso.

3. Em caso de resolução do contrato pelo adjudicatário o município da Moita pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

4. Ao valor da pena pecuniária serão deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário, relativamente aos serviços cujos atrasos tenham determinado a resolução do contrato.

Cláusula 12ª

Nomeação de Gestor

1. A Entidade Adjudicante nomeará um gestor responsável pelo contrato a celebrar para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2. O Adjudicatário obriga-se a comunicar ao Município da Moita a nomeação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação, juntamente com o envio dos documentos de habilitação, O segundo outorgante designa como gestor do contrato, o Sr(a). xxxxxx, com os contatos: email: xxxxxxxxxxxx e telefone n.º xxxxxxxxxxxx.

Secção II

Obrigações do Município da Moita

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1. Pelo serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município da Moita deve pagar ao adjudicatário o preço constante da sua proposta, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Moita.

3. O Município da Moita colaborará com o adjudicatário na execução do contrato disponibilizando as informações que sejam consideradas relevantes para a sua boa e correta execução.

Cláusula 14.ª

Pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety, ou outra a indicar pelo Município. No caso de impossibilidade de usar este método as faturas poderão ser enviadas via e-mail para servico.contabilidade@cm-moita.pt.
3. Em caso de discordância por parte da CMM, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número um, as faturas serão pagas através de transferência bancária.
5. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Capítulo III

Resolução Contrato

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do Município da Moita

1. O Município da Moita pode resolver o contrato com os fundamentos previstos na lei.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses.
2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município, que produz efeitos 60 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 17.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 18.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o não especificado no presente caderno de encargos, aplicam-se subsidiariamente, as disposições constantes do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. Em todas as matérias não expressamente reguladas no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária.

Parte II

Parte Técnica

Capítulo V

Cláusula 22.ª

Enquadramento e Localização

O projeto em causa visa o ordenamento da circulação rodoviária, nos seguintes arruamentos localizados na freguesia de Alhos:

- Rua dos Ferroviários, arruamentos confinantes e troço da (ex)EN 11, conforme planta de localização anexa.

Atualmente existe um elevado volume de tráfego diário de passagem na (ex) EN 11, bem como, ao longo da mesma, no troço compreendido entre a Rua dos Ferroviários e a Rua Duarte Pacheco) existem algumas intersecções com viragem à esquerda, as quais, constituem um fator de agravamento do nível de gestão da circulação rodoviária, dando origem a filas de espera a montante e a jusante do mesmo.

Com o propósito de melhorar o nível de serviço do arruamento, será de estudar o cruzamento da Rua dos Ferroviários com a ex EN 11, eventualmente com a construção de uma rotunda, de forma a permitir uma maior fluidez do tráfego e a reorganização da circulação nos ramos envolventes com o propósito de reduzir o

número de pontos de conflito e atendendo à especificidade das características físicas atualmente existentes no local, tais como, a inclinação do trainel e existência de taludes de aterro, as quais requerem uma análise técnica mais minuciosa.

Cláusula 23.^a

Prazo da Prestação de Serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a elaboração do *Projeto de Execução*, no prazo global de 75 dias, de acordo com fases indicadas na cláusula 4.^a e nos seguintes prazos:
 - a) Anteprojeto – Para efeitos de pareceres no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da adjudicação;
 - b) Projeto de Execução – No prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da aprovação do Anteprojeto;
 - c) Assistência Técnica – Até à data da receção provisória da obra.
2. Os prazos previstos no número anterior, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços, desde que devidamente fundamentado, e após o respetivo deferimento.
3. Os períodos de apreciação de eventuais propostas de alterações, que careçam de apreciação e aprovação, serão deduzidos ao prazo global.
4. A assistência técnica decorre desde a adjudicação do projeto, à receção provisória da obra, em todas as fases, no âmbito das várias especialidades envolvidas.

Cláusula 24.^a

Fases da Prestação de Serviço

1. O projeto desenvolver-se-á de acordo com as fases seguintes:
 - a. Fase 1 – Levantamento Topográfico
 - b. Fase 2 – Anteprojeto
 - c. Fase 3 - Projeto de Execução
 - d. Fase 4 – Assistência Técnica
2. A prestação de serviços inclui a preparação de toda a documentação que servirá de base ao procedimento de contratação da empreitada, designadamente o esclarecimento de dúvidas de interpretação do projeto e das suas peças, apreciação de erros e omissões e a prestação de informação ou esclarecimentos a concorrentes.

Cláusula 25.^a

Projeto de execução/Especificações

1. O Projeto de Execução deverá ser constituído por um conjunto coordenado entre as peças escritas e desenhadas, de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades que venham a intervir na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável. Destina-se a incluir no caderno

de encargos do procedimento de formação de um contrato de obras públicas, com vista à realização de uma empreitada.

2. O Projeto de Execução inclui as peças definidas no n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, nomeadamente memórias descritivas e justificativas, peças desenhadas conforme o estabelecido para cada tipo de obra, cálculos relativos às diferentes partes da obra, medições e mapas de quantidade de trabalhos, orçamento, condições técnicas gerais e especiais do caderno de encargos.

Cláusula 26.ª

Obrigações Específicas do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação da entrega de Projeto de Execução de reformulação da circulação rodoviária, Coordenação do Projeto e de Segurança e Saúde em Fase de Projeto e a Assistência Técnica à obra, incluindo as seguintes especialidades técnicas:

- a. Todas as necessárias e obrigatórias de acordo com o programa pretendido,
- b. Levantamento Topográfico;
- c. Memória Descritiva;
- d. Infraestruturas Viárias, Sinalização e Segurança;
- e. Projeto de Drenagem de Águas Pluviais;
- f. Projeto de Iluminação Pública;
- g. Serviços afetados das infraestruturas de Energia Elétrica, Telecomunicações, Gás e da
- h. Rede de Águas Residuais Domésticas;
- i. Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em fase de projeto;
- j. Plano de Segurança e Saúde (em fase de projeto);
- k. Compilação Técnica em fase de projeto;

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e demais meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento do projeto, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. O adjudicatário será responsável pelos danos causados ao município por execução defeituosa do Projeto, nomeadamente por erro grave ou negligência, quebra de sigilo e não cumprimento de leis e documentos normativos.

4. A aprovação do Projeto de Execução pela Câmara Municipal não isenta o adjudicatário de responsabilidade.

5. Constitui obrigação do adjudicatário o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos projetos a fornecer, assumindo integral responsabilidade pelos serviços contratados.

6. É obrigação do adjudicatário consultar diretamente as entidades licenciadoras externas, que se vejam necessárias e ou obrigatórias em fase de projeto, à futura execução da empreitada.

7. Equipa de Projeto e Coordenador

- a) O adjudicatário obriga-se a ter uma Equipa de Projeto multidisciplinar que será coordenada por um engenheiro/engenheiro técnico/arquiteto de comprovada experiência (pelo menos 5 anos de experiência) que será o principal interlocutor perante o município e para todos os efeitos será o responsável por todos os trabalhos do contrato. A Equipa de Projeto, para além do técnico coordenador, deverá ser constituída pelos autores dos projetos necessários à elaboração do *Projeto de execução*, com as qualificações exigidas pela legislação geral e específica aplicável a cada caso
- b) A Equipa do projeto deverá aplicar todos os seus conhecimentos e experiência na defesa dos interesses do município, pela procura e desenvolvimento das melhores soluções.

8. Transferência de propriedade

Com a entrega das versões finais dos projetos e a sua aceitação pela entidade adjudicante transfere-se para esta a propriedade sobre tais documentos, sem prejuízo dos direitos de autor do adjudicatário.

9. Reuniões de projeto

- a) Realizar-se-ão, sempre que necessário, reuniões de coordenação entre o município e a Equipa de projeto, prevendo-se, 1 reunião semanal, durante os prazos referidos na cláusula 3.ª;
- b) A Equipa de projeto deverá estar representada pelo coordenador de projeto e pelos técnicos autores das diversas especialidades que os assuntos a discutir justifiquem;
- c) O município, sempre que entenda conveniente, poderá convocar reuniões específicas sobre temas restritos.

10. Penalidades

- a) Por erros de conceção de projeto o adjudicatário será penalizado, desde que daí resultem prejuízos comprovados para o município;
- b) Por atrasos na execução do projeto: O não cumprimento do prazo referido na cláusula 3.ª, e desde que os atrasos não sejam por motivos de força maior e não resultem de factos imputáveis ao adjudicatário e como tal aceites pela entidade adjudicante, implicará a aplicação de uma sanção contratual conforme prevista na cláusula 9.ª;
- c) O disposto no ponto anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte num prazo máximo de 5 dias.

- d) Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
- e) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 27.ª

Assistência Técnica

1. A assistência técnica, por parte do adjudicatário, desenvolve-se em duas fases distintas, nomeadamente:

1.1. Na fase do procedimento de formação do contrato e até à adjudicação da obra, a Assistência Técnica do Projetista ao Dono de Obra, compreende as seguintes atividades:

- a) Os esclarecimentos de dúvidas de interpretação do projeto e das suas peças durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada;
- b) Na prestação de informações e esclarecimentos solicitados por interessados e concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono de Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
- c) Na prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos ou alterações que sejam apresentadas;

1.2. A assistência técnica, durante a fase de obra, compreende:

- a) Os esclarecimentos de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
- b) Na apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou Dono de Obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;
- c) Concluída a execução da obra, proceder à elaboração das Telas Finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nelas introduzidas, de acordo com as informações fornecidas pelo Dono de Obra.

2. A assistência técnica não abrange a direção técnica, a administração, a coordenação da segurança, a organização da compilação técnica em matéria de segurança e saúde e a fiscalização da obra, nem a adaptação dos projetos às condições reais das empreitadas não previsíveis na fase de projeto.

Cláusula 28.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior devem ser pagas da seguinte forma:

- 1ª prestação: 20% com a entrega do levantamento topográfico;
- 2ª prestação: 30% com a aprovação do Anteprojeto;
- 3ª prestação: 40% com a aprovação do Projeto de Execução;
- 4ª prestação: 10% com a Assistência Técnica à obra, sendo este valor pago em duas prestações iguais, em que a 1ª será com a consignação da obra e a 2ª com a receção provisória da obra, caso todas as obrigações estejam cumpridas por parte dos projetistas.

2. A percentagem referente à aprovação do Projeto de execução (40%) será liquidada no prazo máximo de 90 dias após a entrega daquele projeto, se até aquela data não houver comunicação da sua aprovação ou caso contrário da necessidade de alterações, devidamente justificada, por parte do Município da Moita.

3. A percentagem referente à Assistência técnica à obra (10%), no caso de não se iniciar a obra no prazo de 2 anos após a entrega do Projeto de execução, será liquidada da seguinte forma:

- a) Prazo de 2 anos após a data de aprovação do Projeto de execução, ou,
- b) No prazo de 2 anos após a data referida no ponto 2 da presente cláusula.

4. O preço a pagar ao prestador de serviços é fixo e não reversível, retribui todos os serviços contratados e inclui o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários.

Cláusula 29.^a

Constituição da equipa projetista

A equipa projetista deve ser constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores que assegurem todas as especialidades necessárias à elaboração do projeto tal como definido na cláusula 25.^a.

Cláusula 30.^a

Programa Preliminar

O projeto a executar para o presente “Aquisição de Serviços para elaboração de Projeto de Execução – Circulação Rodoviária em Alho Vedros” rege-se pelo seguinte programa funcional:

- a) Estudo da circulação rodoviária na zona indicada na planta de localização, abrangendo os arruamentos: Rua dos Ferroviários, EN11 e intersecções.

Cláusula 31.^a

Especificações

Materiais: as opções a tomar quanto aos materiais e equipamentos a escolher, deverão garantir economia de investimentos na construção, permitir a sustentabilidade e eficácia na gestão dos recursos e baixos custos de manutenção e conservação.

Cláusula 32.^a

Peças do Projeto de Execução

1. O *Projeto de Execução* deverá ser instruído de acordo com a legislação aplicável e entre outras especificamente com a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
2. Em fase do Projeto de execução, todos os projetos que o constituem, bem como os estudos ou: relatórios a entregar, deverão ser acompanhados dos seguintes elementos:
 - 2.1 Termo de responsabilidade dos autores, com menção ao cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável;
 - 2.2 Certidão comprovativa da validade da inscrição na Ordem ou Associação Profissional;
 - 2.3 Cópia da apólice do seguro de responsabilidade civil dos autores dos projetos.

Cláusula 33.^a

Modo de Apresentação do Projeto de Execução

1. Todos os documentos produzidos no âmbito da elaboração do Projeto de execução, devem ser entregues organizados em cadernos separados por especialidades.

2. Relativamente ao Projeto Base, deverá ser apresentado de acordo com o ponto seguinte, mas num único exemplar em papel, em cada caso, para análise.
3. Quanto ao projeto de execução serão apresentadas:
 - a) Duas coleções de cópias completas dos projetos em volumes individualizados e em papel;
 - b) Uma coleção em formato digital, contendo os ficheiros em formato editável em suporte informático correspondentes a textos, folhas de cálculo e desenhos, dos elementos do projeto, respetivamente em formato Word, Excel e DWG
 - c) Uma coleção em formato digital, contendo os ficheiros em formato não editável em suporte informático correspondentes a textos, folhas de cálculo e desenhos dos elementos do projeto em formato PDF e DWF.
4. Todos os documentos escritos e desenhados deverão ser apresentados dobrados no formato A4;
5. As versões não editáveis, destinam-se a ser posteriormente remetidas a procedimento concursal para lançamento da empreitada;
6. Deverá ser entregue um ficheiro com todas as medições e orçamentos compilados (para efeitos de concurso de empreitada). O articulado não pode conter letras e vírgulas, devendo ser do tipo “1.1 e 1.1.2.1” e não do tipo “1.a) ou 3,1”, por condicionante da plataforma eletrónica utilizada pelo município.

Cláusula 34.^a

Elementos a Fornecer pelo Município da Moita

O Município da Moita fornecerá ao adjudicatário os seguintes documentos:

1. Planta de localização em base digital (dwg);
2. Planta de cadastro das redes de águas, águas residuais domésticas e pluviais (pdf).